

Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos

Ana Goulart Bustamante

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
anagoulart@ibge.gov.br

Márcia de Almeida Mathias

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
almeidamathias@ibge.gov.br

Raquel Abi-Sâmara

Tradutora de alemão e inglês
raquel.samara@uol.com.br

Abstract

A Organização das Nações Unidas publicou, em 2002, o Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names nas seis línguas que considera oficiais: inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe. O entendimento dos países em torno da terminologia usada no campo da padronização de nomes geográficos, que se materializa na publicação, representa um grande avanço nos esforços de padronização internacional de nomes geográficos, mas tem pouca serventia na disseminação dos conceitos de padronização e uso consistente dos nomes geográficos em países que não usam essas línguas, como o Brasil. A fim de tornar mais acessíveis essas informações para o público brasileiro, pois o país sem dúvida tem necessidade de um esforço de padronização, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão legalmente responsável pelo mapeamento e levantamento de toponímia do país, vai coordenar a tradução dos documentos da ONU para a língua portuguesa para permitir sua mais ampla divulgação junto aos brasileiros e cidadãos de países lusofônicos, bem como na América Latina.

Os nomes geográficos hoje são considerados componentes fundamentais das Infra-Estruturas Nacionais de Dados Espaciais, bases do mapeamento processado com a utilização das novas tecnologias. Por isso, as primeiras traduções do projeto já contam com o apoio do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que aprovou em sua Convocatória para 2006 um projeto que envolve a disseminação de textos relacionados com nomes geográficos em português e espanhol. Além do glossário multilíngüe da ONU, outras publicações serão traduzidas e ficarão disponíveis na página de divulgação de nomes geográficos que o Grupo de Trabalho em atividade no IBGE pretende publicar na internet em ligação (link) com a página que está sendo preparada pela Divisão da América Latina na Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos. Para tradutores, será interessante verificar que muitos termos do campo dos nomes geográficos também se encontram na teoria da tradução, como "bilingüismo", "língua de origem", "vocabulário", entre muitas outras.

Palavras-chave: nomes geográficos, ferramentas de tradução, terminologia.

1. Introdução: a tradução e a padronização de nomes geográficos

A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou, em 2002, o *Glossário de termos para a padronização de nomes geográficos*¹ nas seis línguas que considera oficiais: inglês (disponível na internet), francês, espanhol, russo, chinês e árabe. A obra é dirigida ao público especializado nesse campo de trabalho, basicamente especialistas e representantes de países reunidos nas sessões do grupo de peritos e na Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos (CNUPNG), iniciativas do Conselho Econômico e Social da ONU. Nessas reuniões e conferências são atualizadas as informações e negociadas soluções para problemas comuns, como, por exemplo, as normas para a grafia, no nosso alfabeto, de nomes de países escritos originalmente com caracteres não-latinos, como os ideogramas e o alfabeto cirílico. A próxima conferência se realiza em junho de 2007, em Nova York (e exortamos os governos e missões diplomáticas dos países de língua portuguesa a comparecerem).

O glossário multilíngüe merece lugar na biblioteca de um tradutor, ao lado do volume com as resoluções das oito conferências realizadas desde 1962 (também disponível em inglês na internet) e de um bom dicionário de exônimos de língua portuguesa, que, segundo cremos, ainda não foi publicado². Obra de referência que extrapola, pelo interesse, o público para o qual foi dirigida, o glossário de terminologia editado pela ONU representa, com efeito, a materialização do consenso atingido nas negociações entre países. E, se ainda encontramos casos de disputa relacionados aos nomes geográficos em si, ao menos sabemos que os negociadores estão de acordo quanto aos termos utilizados e que podem expressar, nas seis línguas da ONU, seu desejo de entendimento em discussões sobre interesses associados aos nomes geográficos.

Para citar apenas um exemplo do interesse que pode revestir os nomes geográficos, sabemos que existem, na Europa, mais de três mil indicações geográficas protegidas em associação com arranjos produtivos locais, de caráter coletivo. Em Portugal, são mais de cem, entre elas o queijo da Serra da Estrela e os ovos moles de Aveiro. O interesse econômico e social em torno do desenvolvimento das indicações geográficas como marcas protegidas desperta atenção, com efeito, mas os nomes geográficos têm desdobramentos numa infinidade de outros campos igualmente estratégicos, como é o caso da informação cartográfica e da comunicação mundial, além da lingüística e das relações internacionais. É bastante divulgada, por exemplo, a discussão entre Coréia do Sul e Japão em torno do nome do mar que banha os dois países, chamado pelo primeiro de Mar Oriental e pelo segundo de Mar do Japão.

Os nomes geográficos padronizados potencialmente constituem a chave da qualidade da informação estatística e da cartografia. Nomes que apresentem grafia divergente podem gerar ruídos na comunicação e no processamento de dados. A dupla grafia, por exemplo, pode resultar em registros duplicados indesejavelmente se, antes do processamento, os nomes geográficos não forem tratados segundo critérios voltados para atingir o máximo de padronização. A dinâmica inerente aos nomes geográficos – nomes são criados ou alterados segundo movimentos coletivos que, muitas vezes, demoram a ser captados pelos mapas e cartas – exige mecanismos e ferramentas para soluções ágeis. Outro argumento sempre mencionado pela ONU para justificar a importância da padronização internacional é permitir a ajuda humanitária para vítimas de grandes acidentes naturais, seca, fome e atos

¹ *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names*, UN, 2002. Editado por Naftali Kadmon, coordenador do Grupo de Trabalho de Terminologia Toponímica do Grupo de Peritos da ONU em Nomes Geográficos.

² Ver, no tópico "ferramentas de tradução" desta I Conferência de Tradução Portuguesa, trabalho das mesmas autoras intitulado "Dicionário multilíngüe de nomes de países, exônimos e gentílicos", que descreve um projeto de dicionário de exônimos.

terroristas, pois a logística das missões depende de várias maneiras do conhecimento e da padronização dos nomes geográficos em âmbito mundial.

A conferência se realiza a cada cinco anos e, paralelamente, são realizadas as sessões do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos (GPNUNG), que se organizam em divisões lingüísticas e regionais, além de grupos de trabalho voltados para as prioridades apontadas pelas conferências. Um desses grupos de trabalho se ocupa da terminologia, por exemplo, outros promovem estudos para subsidiar soluções para questões como a transliteração e a transcrição, o uso de exônimos, listas de nomes de países, entre outras. As divisões regionais e lingüísticas oferecem liberdade para um país se posicionar em duas divisões, se adequado. É o que pode acontecer com Portugal, Brasil e Moçambique, por exemplo, que não precisariam deixar as divisões de que participam para apoiar a criação de uma Divisão de Língua Portuguesa no GPNUNG. Este poderia ser o caminho para iniciar o resgate da toponímia histórica de origem portuguesa, com benefícios para outros campos de estudos, inclusive estudos históricos no mundo todo.

2. A construção do glossário

O glossário de terminologia para a padronização de nomes geográficos vem sendo construído desde as primeiras reuniões internacionais patrocinadas pela ONU, mas, até 1991, existia somente a versão em inglês. A obra que depois se tornaria multilíngüe foi apresentada pela primeira vez para discussão na 14ª sessão do Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos, realizada em Genebra de 17 a 26 de maio de 1989. O *Glossário nº 330: terminologia técnica empregada na padronização de nomes geográficos*³ vinha a público depois de passar por duas atualizações, mas ainda apresentava vários problemas destacados pelo grupo, entre os quais a falta de exemplos ilustrativos dos termos no mundo todo e de comentários para nomes escritos em alfabetos não-latinos e línguas não-européias. Para buscar as soluções, foi criado o Grupo de Trabalho em Terminologia, tendo Naftali Kadmon (de Israel) como coordenador e editor geral do glossário.

O coordenador do Grupo de Trabalho em Terminologia apresentou seu relatório na 15ª sessão do GPNUNG, realizada em Genebra de 11 a 19 de novembro de 1991. A primeira versão do novo glossário trazia a definição de 336 termos em inglês e incluía exemplos de 16 línguas e alfabetos, e recebeu vários adendos e emendas. Em 1992, uma resolução da Sexta Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos⁴ recomendou pedir ao Grupo de Trabalho em Terminologia Toponímica para continuar em funcionamento, a fim de produzir um dicionário multilíngüe de terminologia toponímica, incluindo as outras cinco línguas oficiais da ONU, além do inglês. Na mesma resolução, o grupo recomenda ainda que o grupo seja chamado para rever o glossário e atualizá-lo, quando necessário. O grupo de trabalho se reuniu muitas vezes e fez muitas modificações antes de apresentar a versão 4 do glossário, com 375 termos, para a Sétima Conferência da ONU sobre Padronização de Nomes Geográficos, realizada em Nova York de 13 a 22 de janeiro de 1998.

No texto introdutório do glossário, depois de admitir que a proposta de fazer um glossário multilíngüe ultrapassa o desafio da tradução dos termos, o grupo de trabalho afirma ter verificado e respeitado certas diferenças de uso de termos equivalentes, bem como divergências entre definições de certos termos nas seis línguas. Também nos exemplos citados, o grupo afirma que precisou buscar variações, de modo a ilustrar cada caso para o universo das diferentes línguas. Os exemplos básicos, porém, especialmente de alfabetos não-latinos, são os mesmos em todas as versões idiomáticas do glossário. Assim,

³ *Glossary No. 330: Technical Terminology Employed in the Standardization of Geographical Names*, documento ST/CS/SER.F/330. Sobre as discussões, ver o relatório da referida sessão (ESA/RT/C/GN/12), parágrafos 23 e 94.

⁴ Resolução 11 da VI CNUPNG realizada em Nova York de 25 de agosto a 3 de setembro de 1992.

nas seis línguas em questão, especialistas se detiveram na discussão e na reflexão em torno não apenas da terminologia, mas também das definições dos termos, de sua equivalência nas diferentes culturas em que as línguas são usadas e dos exemplos ilustrativos das definições. Além disso, o grupo se preocupou em restringir a definição à necessidade do campo de trabalho dos nomes geográficos, sem se preocupar com as definições encontradas em dicionários comuns.

A adaptação dos conceitos especificamente para uso toponímico demonstra por si só a existência de grupos interessados exclusivamente nessa discussão, enquanto a divulgação em seis línguas dá testemunho de sua importância mundial. Igualmente, a preocupação em traduzir o glossário multilíngüe para a língua portuguesa deve ser, tanto quanto possível, conseqüência de um posicionamento dos países lusófonos que, até hoje, não se associaram sistematicamente em defesa da padronização mundial e do resgate do patrimônio toponímico de origem portuguesa. Assim, a inexistência do glossário em língua portuguesa nada mais é que o reflexo da presença irregular dos países de língua portuguesa nas discussões internacionais.

Não se trata apenas de traduzir o glossário, portanto, mas de obter apoio dos países lusófonos para o entendimento em torno da terminologia em português, aproveitando o espaço oferecido pelas conferências e sessões de especialistas da ONU. Ao participar das discussões para a aprovação da tradução do glossário, os países estarão também discutindo suas prioridades e buscando compreender os princípios básicos que regem o entendimento dos países nesse campo. Para melhor conduzir essas discussões, seria interessante criar um fórum dos países lusófonos, possivelmente a Divisão de Língua Portuguesa do GPNUNG, inicialmente como resultado dos esforços do Brasil e de Moçambique, mas contando com a breve adesão de Angola e de Portugal. A divisão receberia incentivo e condições para cumprir a missão de alavancar as discussões em torno dos interesses nesse campo, possivelmente estimulando também as pesquisas.

O valor do glossário multilíngüe se potencializa ao ultrapassar os limites dos idiomas oficiais da ONU e chegar ao público de língua portuguesa. Quanto se tem acesso à terminologia técnica e, principalmente, quando se sabe que existe acordo em torno da definição e da tradução dos termos usados nas discussões internacionais, é possível avançar com firmeza no debate de outros temas cruciais que emergem permanentemente na realidade da dinâmica territorial. A padronização de nomes geográficos vem sendo promovida nas Conferências da ONU e, com o apoio dos governos federais, os estudos e atividades avançaram bastante nas últimas décadas em muitos países. A bibliografia desse campo é, de todo modo, ainda escassa. Existem alguns textos em espanhol, felizmente, muitos deles apresentados nas conferências e reuniões e, desse modo, acessíveis no site da ONU. Entre eles se incluem as próprias resoluções votadas nas conferências para orientar a padronização nos países participantes. Nem toda a bibliografia, no entanto, é produzida e divulgada em todos os idiomas oficiais – a maior parte está disponível somente em inglês, ou em inglês e francês.

3. Topônimos do "mar português"

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!*

Fernando Pessoa, 1934
(*Mensagem*. Segunda parte / "Mar português".)

Recentemente, a Universidade de Coimbra promoveu um encontro sobre o programa de reconhecimento do patrimônio histórico da Unesco – organismo da ONU para a ciência e a cultura – em todo mundo, mostrando que a maior parte do patrimônio de origem portuguesa se encontra fora do atual território de Portugal. São fortalezas e outras construções erguidas em antigas colônias e territórios ultramarinos portugueses. Em torno

de cada item desse patrimônio histórico, que ultrapassava já uma centena de bens em 2006, por certo se encontra outra centena de nomes geográficos de origem portuguesa para se somar ao já imenso patrimônio toponímico plantado ao longo dos séculos XV e XVI por Portugal nos lugares que visitou, dominou ou simplesmente mapeou. Com efeito, somente um estudo mais aprofundado da cartografia histórica e dos relatos de viagem permitiria quantificar a parcela da língua portuguesa na toponímia mundial. Se destacarmos que a matriz única desses topônimos é Portugal, pequeno país do extremo ocidental da Europa, veremos como seu corajoso movimento pelos mares permitiu lançar sementes de uma rede mundial de nomes em sua língua.

A idéia de propor a criação da Divisão de Língua Portuguesa no Grupo de Peritos da ONU, em defesa do resgate dos topônimos de origem portuguesa, resgata também o apelo do poeta Fernando Pessoa (1935), ao dizer "Falta cumprir-se Portugal" (Segunda parte / *Mar portuguez* / I. O infante), nos versos de sua magistral obra, *Mensagem*, publicada um ano antes de sua morte, aos 47 anos de idade. Também é em Fernando Pessoa, pela voz de seu heterônimo Bernardo Soares, que buscaremos outra grande mensagem em defesa da criação dessa divisão: "Minha pátria é a língua portuguesa", diz o poeta, no *Livro do desassossego*, divulgado postumamente. Sob essa bandeira de uma pátria que seria a própria língua portuguesa, podemos tentar formar a rede que conseguirá reunir a toponímia semeada por Portugal, cuidando para que esteja bem escrita, em coerência com seu universo de língua portuguesa.

No Brasil, considerado um cadinho de muitas culturas, a toponímia de origem portuguesa ainda representa mais de metade dos nomes de municípios no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, como mostram estudos do Atlas Toponímico do Brasil coordenados pela professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo e apresentados em 2004. Os estudos de toponímia do Brasil, por sua vez, integram um conjunto de toponímia latino-americana em que assoma a importância dos nomes em línguas de povos originários, conjunto que já mereceu a criação de um grupo de trabalho no âmbito do GPNUNG. Os informes das últimas conferências revelam que o grupo está preparando uma obra sobre o tema da toponímia indígena para apresentação em 2007. Em língua portuguesa, no entanto, o Brasil está só na América Latina e deve procurar dialogar com seus pares no mundo todo, a começar por Portugal e pelos países africanos de língua portuguesa, especialmente Moçambique, que se prepara para criar sua autoridade nacional em nomes geográficos.

4. Estudos para verbetes do glossário multilíngüe

O Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos, em sua versão em língua inglesa, apresenta duas acepções para a palavra *standardization*, no verbete identificado pelo número 311:

standardization

1. The establishment, by an appropriate authority, of a specific set of standards or norms, e.g., for the uniform rendering of toponyms.
2. Rendering an item such as a toponym in accordance with such norms. (UN, 2002, p. 24)

O verbete *normalización*, que aparece no glossário em espanhol com a mesma numeração, repete as mesmas informações, em língua espanhola, do original em inglês, mas acrescenta uma terceira acepção, fornecendo a sinonímia que aproxima os termos em inglês e espanhol.

normalización

1. Establecimiento, por una autoridad competente, de um conjunto específico de normas para una actividad determinada, como, por ejemplo, para dar uniformidad a los topónimos.

2. Adaptar un elemento, por ejemplo, un topónimo, a dichas normas.
3. En inglés, *normalization* se usa a veces en lugar de *standardization* (UN, 2002, p. 102).

Em francês, o glossário mantém as duas acepções da versão original, em inglês.

normalisation

- a) Etablissement, par une autoridad toponymique, d'un ensemble de règles et de critères normatifs applicables par exemple au traitement uniformisé des toponymes.
- b) Traitement d'un toponyme suivant un ensemble d'elements normatifs donnés (UN, 2002, p. 59).

Para a tradução do glossário para o português, propõe-se uma definição semelhante às de língua espanhola e francesa. No entanto, ao invés de optar pelo termo *normalização*, mais semelhante aos termos em espanhol (*normalización*) e francês (*normalisation*) é proposto o termo *padronização* como tradução preferencial do termo em inglês *standardization*. Além disso, é mencionado o termo em português *estandardização*, usado em Moçambique.

padronização

1. Estabelecimento, por uma autoridade competente, de um conjunto específico de normas para uma atividade determinada, como, por exemplo, para dar uniformidade aos topônimos.
2. Adaptação de um elemento, por exemplo, um topônimo, às referidas normas.
3. Normalização, uniformização, estandardização.

Para um público formado por tradutores, destaca-se, em especial, a grande ocorrência, na terminologia de padronização de nomes geográficos, de expressões do campo da lingüística e da tradutologia. "Alfabeto fonético internacional" (*International Phonetic Alphabet, IPA*), "bilingüismo" (*bilingualism*), "comunidade de falantes" (*speech community*), "língua de destino" (*target language*), "língua de origem" (*source language*), "quadro de transliteração de caracteres" (*transliteration key*) são entradas que contribuem para esclarecer questões lingüísticas envolvidas nos debates internacionais. Também são numerosos os termos colhidos diretamente da gramática – como "artigo", "alfabeto", "consoante", "diacrítico", "dialeto", "dígrafo", "ditongo", "fonética", "grafema", "grafia", "gramática", "léxico", "lingüística", "morfema", "morfologia", "nome próprio", "onomástica", "ortografia", "radical", "semântica", "sílabas", "sintaxe", "termo genérico", "vogal" – ou do estudo das línguas – "escrita alfabética", "escrita silábica", "ideograma", "língua familiar" (*colloquial language*), "região lingüística", "vocabulário".

5. Problemas de padronização enfrentados no Brasil

A lei que pela primeira vez ordenou o território brasileiro, mergulhado até a década e 1930 em total falta de sistematização, tinha como objetivo tornar mais eficiente o sistema de estatística nacional. Até então, os poderes locais e estaduais legislavam sobre estruturas territoriais e, com isso, havia, por exemplo, municípios com mais distritos do que vilas ao lado de outros com mais vilas do que distritos. O Decreto-Lei Nº 311, de 1938, que se tornou conhecido como a Lei Geográfica do Estado Novo, tornou obrigatória a existência de apenas uma vila para cada distrito. Os municípios, além disso, foram obrigados a apresentar o mapa de seus limites territoriais e de sua toponímia para o governo federal; aqueles que não cumprissem a exigência deixariam de ser considerados municípios. Foram por esse motivo varridos da Divisão Territorial Brasileira centenas de municípios já instalados no estado do Amazonas, por exemplo.

A legislação primeiramente tornou proibida a repetição de nomes de municípios e de distritos no mesmo estado, mas pouco tempo depois estendeu seu alcance e proibiu

homônimos em todo o território nacional. No rastro das determinações do decreto-lei promulgado em 1938, leis estaduais extirparam topônimos que apresentavam homonímia com centros mais antigos e os substituíram por outros nomes, muitas vezes sem nenhuma consulta à população local ou preocupação com a identidade associada ao nome geográfico alterado. Isso provocou, em muitos casos de que temos notícia, indignação, no entanto tímida diante dos poderes totalitários do chamado Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas.

Mesmo de maneira totalitária, ao adotar a chamada Lei Geográfica do Estado Novo, pela primeira vez o Brasil conseguiu, pelo uso da "chave" dos nomes geográficos de municípios e distritos, cidades e vilas, ordenar as informações sobre seu território de um modo coerente e preciso. A importância da padronização se confirma novamente agora, setenta anos depois, quando se considera o processamento automático de dados, que não pode conviver com a duplicidade de registros sem comprometer a qualidade dos resultados.

As cartas e mapas ganham em precisão e utilidade quando representam com clareza os nomes geográficos em sua localização respectiva. Entretanto, não bastasse o valor de um nome como chave para localizar uma informação espacial ou digital, especialmente quando é único, o valor econômico que pode ser associado a um nome geográfico amplia ainda mais seu interesse quando não existem variantes muito próximas, passíveis de provocarem redução do potencial de exclusividade necessário para o desenvolvimento da marca para exploração comercial ou cultural em setores como turismo, internet, franquias. No caso dos nomes geográficos, a marca se associa a características típicas do lugar, às vezes relacionadas à paisagem, às vezes aos hábitos, mas, de qualquer modo, agrupáveis sob o nome de aspectos culturais (mesmo a paisagem deve ser vista como cultural quando é destacada num nome geográfico de consenso, pois o processo de nomeação é um ato discursivo e social cujas bases teóricas devem ser buscadas na psicossociologia e na antropologia).

Para limitar a discussão ao tratamento de dados cartográficos para a espacialização de dados referentes a localidades brasileiras, cada caso de dupla grafia de um nome geográfico de município resultará num duplo registro e, desse modo, reduzirá a qualidade do banco de dados e a precisão dos resultados do processamento de seus dados. Todos os órgãos do governo federal, por exemplo, poderiam usar como referência para informações municipais a lista de municípios e distritos mantida pelo IBGE à luz não apenas das leis federais que regem questões simplesmente ortográficas, mas também à luz das decisões estaduais e municipais sobre a grafia do nome do município que se baseiam em outros valores e sistemas de normas. Os dados só serão compatíveis, ou seja, só poderão ser integrados numa só lista sem gerar duplicidade de registros se passarem antes por um processo de padronização.

Para usar um exemplo do Brasil atual, os nomes padronizados permitem a um órgão como o BNDES, por exemplo, manter controle mais adequado da distribuição de benefícios em programas sociais diferentes. Na verdade, uma lista de nomes dos municípios, distritos e subdistritos mantida e atualizada pelo IBGE poderia ser divulgada com regularidade – ou a cada vez que houvesse alteração – pelos canais de comunicação regularmente utilizados, basicamente a intranet, para atingir o público interno, a comunicação social (assessoria de imprensa) e a página do IBGE na internet, além do e-gov (página do governo federal na internet), que apoiaria sua disseminação no governo federal, enquanto o IBGE buscaria consolidar a padronização junto a seu público interno e em suas publicações.

No Brasil, o IBGE é a instituição respeitada como autoridade nacional em nomes geográficos. Embora não se declare isso em portaria ou resolução, o IBGE é responsável pelos nomes geográficos porque é, de acordo com o decreto-lei 243 de 1967, autoridade nacional em cartografia. Todos os mapas e cartas produzidos pelo IBGE contêm nomes geográficos, inscritos depois de pesquisa feita pelos técnicos em campo e em documentos, tornando-se, desse modo, componentes do produto final cartográfico de valor reconhecido por lei. Aceitos como documentos de fé pública, os mapas e cartas do IBGE podem

subsidiar negociações e pareceres técnicos em caso de litígios e questões fundiárias. Entretanto, é preciso que os métodos sejam cada vez mais transparentes e participativos, a fim de que os mapas e cartas reflitam os nomes efetivamente usados por comunidades que ali vivem e não por estranhos ao lugar, pois o nome geográfico repercute numa infinidade de outros campos de atividade.

6. Conclusão: política internacional de padronização de nomes geográficos

Em todos os países, amplia-se a discussão sobre temas associados aos nomes geográficos, pois deles dependem importantes atividades, a começar pela ordenação do território e das estatísticas. França, Canadá, Estados Unidos, Austrália, Japão, Áustria: é grande a lista de países que investem nas atividades de padronização e no estudo dos nomes geográficos de seu território por meio do apoio à comissão nacional. Também a padronização de nomes geográficos referentes a lugares fora do território de cada país é discutida sob a égide da ONU, nas conferências mundiais sobre padronização de nomes geográficos. A necessidade de padronização no campo das telecomunicações e comunicações em geral, onde se inserem temas como transliteração, transcrição e exônimos, entre outros, é um dos principais assuntos da discussão internacional, mas recentemente o debate vem sendo enriquecido pela inserção das questões culturais e de identidade social relacionadas aos nomes geográficos.

Em países como o México e a Índia, que abrigam alguns dos grandes movimentos identitários dos povos tradicionais, estão sendo restaurados os nomes geográficos das línguas de origem. Também no Canadá, estão sendo recolhidos e tratados os nomes geográficos de línguas dos povos tradicionais, ao lado das línguas inglesa e francesa, o que pode ser visto como um exemplo a ser seguido pelos países que já têm política definida com relação a essas culturas. No mundo todo, especialmente em países interessados em afirmar as identidades locais, vem sendo aceita a teoria que defende a restauração da toponímia tradicional, seja ou não em atendimento a demandas provenientes das próprias comunidades. Mesmo no Brasil, é esse o fenômeno por trás da permanência de grafias antigas, como a do topônimo Bahia e alterações aprovadas como as de 1980 em Campos dos Goytacazes, com Y, e Brodowski, com W, em lugar de Brodósqui, que criaram leis para restaurar seu nome original. Mesmo quando restaura um nome tradicional, porém, a mudança de nomes tem sempre algum impacto e, por isso, toda alteração deve ser vista com reserva, segundo resoluções da ONU, mas a comunidade de língua portuguesa deve atentar para a importância dessa discussão antes que se perca mais terreno.

Nesse cenário, cresce a importância de promover a tradução do glossário para a língua portuguesa, se possível sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros textos importantes deverão ser também traduzidos para português e espanhol no contexto de um projeto de cooperação técnica entre países da América Latina, que inclui a criação de um centro de referência (virtual), bilíngüe, para compilar os textos usados nas discussões internacionais e regionais, em apoio à Divisão da América Latina no GPNUING. O projeto foi apresentado pela Coordenação de Cartografia do IBGE ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) na Convocatória para 2006 e aprovado para realização em doze meses a partir do ingresso da primeira parcela dos primeiros recursos, que totalizam oito mil dólares da parte do IPGH e quase duzentos mil dólares da parte do IBGE.

Para o tradutor, há de ter bastante utilidade a obra que lista em seis línguas mais de trezentos itens da terminologia usada no campo da padronização de nomes geográficos. O glossário fornece uma definição concisa de cada termo, bem como seus termos equivalentes nos diferentes idiomas selecionados. É de se lamentar apenas a inexistência da versão da terminologia em língua portuguesa, no entanto, compreensível quando se sabe que Portugal, Brasil e Moçambique, por exemplo, que têm o português como língua oficial, enviam delegados para participar das discussões nas conferências e reuniões do grupo de

peritos mas de forma circunstancial, não sistemática, pois nenhum dos três países têm ainda uma comissão nacional responsável pela promoção da padronização ou de qualquer aspecto dos nomes geográficos.

Não se trata, porém, de um projeto de tradução simplesmente, mas de um projeto de inserção da comunidade de língua portuguesa nas discussões da ONU. Assim, mais que tradutores competentes, o projeto requer o engajamento de negociadores internacionais orientados para defender o patrimônio toponímico de língua portuguesa espalhado no mundo, grande parte dele no Brasil. Aproveitamos a oportunidade para exortar os portugueses e cidadãos de todos os países e comunidades de língua portuguesa a acompanharem as discussões internacionais dos especialistas em nomes geográficos e a incentivarem esse campo de estudos que propõe um olhar multidisciplinar para a formação de uma grande rede de nomes geográficos em língua portuguesa, congregando lingüistas, historiadores e geógrafos, mas também a comunidade de profissionais e cientistas dos campos de cartografia, museologia, etnografia, ciências políticas e psicossociologia, para citar apenas alguns aspectos de um debate por natureza multidisciplinar. Para o educador, também, o tema apresenta rica posição de transversalidade em relação às disciplinas, permitindo uma série de atividades pedagógicas.

Assim como o glossário, outras obras de interesse são produzidas somente em inglês no âmbito das conferências da ONU e ainda aguardam apoio para serem traduzidas e disseminadas para o público de língua portuguesa. No Brasil, tudo isso poderia ser feito no contexto de uma política oficial de apoio a essa importante área técnica e de pesquisa, que apresenta desdobramentos em muitas outras áreas, inclusive a cartografia, a geografia e a estatística, podendo, por isso, ser encampada pelo IBGE como fator de qualidade de sua produção cartográfica e estatística.

A decisão de traduzir o glossário para a língua portuguesa vem exigindo uma série de articulações e tomadas de decisão anteriores à tradução, as quais por si só já vêm representando um grande avanço na compreensão da importância dos estudos de nomes geográficos. Mais que o desafio de empreender um trabalho de tradução de entradas de uma obra de referência, o glossário de terminologia da ONU em língua portuguesa usada no Brasil poderia representar, por extensão, a própria inserção desse tema na agenda do governo brasileiro. De certa forma, isso se verifica hoje, quando estão sendo lançadas as bases do Projeto Nomes Geográficos do Brasil, do IBGE, de caráter multidisciplinar, com a criação do Banco de Nomes Geográficos do Brasil.

Agradecimentos

A Mauro Villar e Francisco de Mello Franco, do Instituto Antônio Houaiss, à professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP), ao professor Paulo Menezes, do Laboratório de Cartografia e Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aos engenheiros cartógrafos Moema José de Carvalho Augusto, Cláudio João Barreto dos Santos e Paulo da Silva Santos, da Coordenação de Cartografia do IBGE.

Referências

- [1] *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Objetiva, Rio de Janeiro, 1999.
- [2] *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names*, United Nations, New York, 2002.
- [3] Pessoa, «Mensagem», *Obra poética*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1990, p. 69-89.

NOTAS BIOGRÁFICAS



Ana Goulart Bustamante, jornalista graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), fez mestrado em Letras (1999) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (2005) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem 44 anos de idade e já atuou como editora, redatora e tradutora no jornal *O Globo* e na Encyclopaedia Britannica do Brasil, além de chefiar o Setor de Comunicação Social da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS. Foi assistente da coordenação do Fórum Global 1992, evento da sociedade civil paralelo à Rio 92, e coordenadora de programas e publicações da Ashoka Empreendedores Sociais antes de ingressar no IBGE (2002), onde atuou como assessora de imprensa por dois anos, na Coordenação de Comunicação Social. Atualmente, é componente do Grupo de Trabalho em Nomes Geográficos do IBGE, responsável pela redação de projetos.



Márcia De Almeida Mathias, pós-graduada em Língua Portuguesa (1990) pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande e graduada em Letras (1986, Português-Francês) pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande, Rio de Janeiro RJ, tem 36 anos e atua desde 1987 na revisão ortográfica de topônimos dos projetos cartográficos executados no IBGE, entre os quais a Carta Internacional ao Milionésimo – CIM – do Brasil, mapas do Brasil em várias escalas, mapas estaduais e atlas geográficos, entre outros. Também atua desde 1989 na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, tendo exercido as funções de diretora escolar, coordenadora e orientadora pedagógica, coordenadora de turno e regente de turmas, nos níveis de ensino fundamental e médio. Participou do curso de nomes geográficos promovido pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História – IPGH em 1992, no Brasil, e é componente do Grupo de Trabalho em Nomes Geográficos do IBGE.



Raquel Abi-Sâmara é tradutora de literatura alemã e professora de poesia moderna. Traduziu, entre outros livros, *Hausto-Cristal*, do poeta Paul Celan, *Quem sou eu, quem és tu?*, do filósofo Hans-Georg Gadamer (EdUERJ, 2005), *Kadish por uma criança não nascida*, de Imre Kértesz (Prêmio Nobel em 2002. Imago Editora). Ministrou cursos de Literatura Brasileira e de Literatura Alemã na graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cursos de Poesia Moderna na Pós-Graduação Lato Sensu em Literatura Brasileira da UERJ e na Estação das Letras (Rio de Janeiro), de 2002 a 2005. Tradutora de textos técnicos em alemão e inglês. Autora de ensaios sobre poesia e tradução em revistas acadêmicas no Brasil e na Alemanha. Doutora em Literatura Comparada pela UERJ, especializada em Germanística pela Albert-Ludwigs Universität Freiburg, Alemanha, mestre em Literatura Brasileira pela UERJ, graduada em Comunicação Social (Jornalismo).